

EUGENIA LATINA EM PORTUGAL E NO BRASIL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

por

Maria Julieta Weber¹

Resumo: O estudo sobre a eugenia remete para a apreensão de distintos movimentos intelectuais e historicidades próprias nos processos de formação de nacionalismos e suas respectivas construções identitárias. Este artigo estabelece comparativos entre Portugal e o Brasil, no contexto da primeira metade do século XX, de forma a discernir, especificamente, sobre algumas das questões centrais para a eugenia denominada latina, ou seja, do pensamento eugênico em países considerados de herança latina. A bibliografia utilizada permite distinguir diferenças e aproximações entre a eugenia latina e a eugenia maioritariamente adotada em países do norte da Europa. São analisadas proposições de fundamentação da denominada ciência eugênica, que também em suas formas latinas propagaram noções de superioridade cultural e ideias de cunho racial.

Palavras-chave: Eugenia latina; Portugal; Brasil.

Abstract: The study on eugenics refers to the apprehension of distinct intellectual movements and their own historicity in the formation process of nationalisms and their respective identity constructions. This article established some comparisons between Portugal and Brazil during the first half of the 20th century aiming to specifically discern some of the fundamental issues of so-called Latin eugenics, i.e., the eugenic thinking in countries considered to be of Latin heritage. The bibliographical research aimed to distinguish differences and similarities between Latin eugenics and eugenics adopted in northern European countries. Based on the consulted authors, several proposals were investigated to justify the so-called eugenic science, that even in the Latin-types propagated notions of cultural superiority based on racial ideas.

Keywords: Latin eugenics; Portugal, Brazil.

INTRODUÇÃO

Está provado que os cruzamentos entre raças superiores dão typos superiores, e vice-versa. Assim conseguiu melhorar o typo racial a America do Norte, para onde emigraram, não os peores, mas os mais selectos, quiçá, de varios paizes, em tempos de perseguições politicas e religiosas. Na Australia e

¹ Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Foi Investigadora Visitante no Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa (ULisboa), entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023, sob a supervisão da Doutora Patrícia Ferraz de Matos (ICS – ULisboa). E-mail: mjbaweber@gmail.com.

na America do Sul succedeu algo semelhante; não obstante, os latinos não lograram alcançar o nivel eugenico de que se orgulham os anglo-saxões. Na America Central os hespanhoes procrearam sem nenhum critério selectivo, dando origem a um typo de mulato inferior, que na luta contra a metropole foram os seus maiores inimigos² (Recasens, 1929).

Abordar temas que dizem respeito à eugenia remete-nos à apreensão de distintos movimentos intelectuais, em diferentes países, e historicidades próprias nos processos de formação dos nacionalismos e das suas respectivas construções identitárias. E, nessa direção, às diferentes interposições intelectuais e concepções de ciência em temporalidades específicas, bem como ao complexo debate sobre raça e cultura.

Este estudo estabeleceu alguns comparativos entre os movimentos eugênicos, em Portugal e no Brasil, no contexto da primeira metade do século XX. No Brasil, foram fundadas organizações como a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), a Liga Brasileira de Hygiene Mental (1923) e o Instituto Brasileiro de Eugenia (1929); em Portugal, foi criada a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos (1937)³. Os contextos do Estado Novo em Portugal (1933-1974), do Estado Novo no Brasil (1937-1945) e, ademais, do período entreguerras, foram definidores para a análise dos movimentos e das intermediações intelectuais decorrentes. Ao se abordar, especificamente, a eugenia em países considerados de herança latina, objetivou-se tanto distinguir diferenças, quanto possíveis aproximações com a eugenia de caráter racial adotada no norte da Europa. Nesse sentido, analisaram-se algumas das questões centrais da chamada eugenia latina, de forma a considerar alguns dos seus possíveis desdobramentos.

Os integrantes dos movimentos eugênicos eram, na sua maioria, intelectuais bem posicionados nas esferas política, científica, educacional e cultural, de modo a investirem-se de uma linguagem autorizada (Bourdieu, 2008). Ou seja, por meio do reconhecimento de seus discursos legítimos, legitimavam formulações científicas e propunham projetos sociais e educativos com base no que entendiam por critérios de seletividade da procriação dos considerados fracos, doentes e degenerados, seguindo mesmo os preceitos de Francis Galton (1822-1911) no que se refere aos ideais de salvaguarda dos considerados bem dotados contra o que se avaliava eugenicamente por taras hereditárias.

O conteúdo da epígrafe desta introdução, proferido por um decano da Faculdade de Medicina de Madrid, Sebastian Recasens, por ocasião do primeiro curso eugênico espanhol organizado pela *Gazeta Médica Espanhola*, expressa o que se pressupunha por

² Optou-se pela transcrição literal dos conteúdos das fontes consultadas, preservando-se a grafia original.

³ Importante notar que, embora criada em 1937, os estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos tinham sido aprovados em 1934, justamente no período em que Eusébio Tamagnini esteve à frente do Ministério da Instrução Pública, de 1934 a 1936.

tipos raciais superiores e inferiores, a depender da geopolítica e de fatores eugênicos de hereditariedade: “É evidente que podem vir de raças puras elementos melhores, e cabe uma selecção que redima paulatinamente a humanidade de taras hereditarias. Apresenta-se neste ponto a questão da consanguinidade [...]” (Recasens, 1929: 2). Tal discurso foi publicado na primeira página do Instituto Brasileiro de Eugenia, evidenciando a rede de relações que se estabelecia entre diferentes países da Europa e das Américas, bem como suas apropriações latinas.

O estudo para este artigo direcionou-se numa perspectiva sociocultural, pois compreende-se que, para a análise dos movimentos que formularam proposições científicas sobre eugenia, é necessário perceber a noção de intelectual como criador, mas também como mediador cultural, inserido em redes de pertencimento e sociabilidades próprias⁴ (Dosse, 2007). Por conseguinte, tais intelectuais embasavam-se também em argumentações de ordem moral, determinantes de dispositivos e idealizações sanitárias e higiênicas, de forma a idealizarem proposições de um projeto civilizador para uma almejada sociedade eugênica. Esses intelectuais se empenharam ainda no fomento ao estudo de populações, mas com o objetivo de disseminar ideias de seletividade social a ser implementadas em instituições políticas, científicas e educativas. É a partir desses pressupostos que se procurará estabelecer, no presente artigo, uma análise comparativa entre Portugal e o Brasil.

EUGENIA LATINA EM PORTUGAL E NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

A escrita deste artigo baseou-se em fontes bibliográficas, com vista a estabelecer comparativos entre Portugal e o Brasil. Os autores consultados permitiram evidenciar interposições entre eugenia e higienismo, bem como averiguar, analiticamente, proposições de fundamentação da denominada ciência eugênica, que em suas formas latinas também propagou noções de superioridade cultural embasadas por ideias de cunho racial.

Para Nancy Stepan (1991), a divulgação do pensamento eugênico em distintos países da América Latina teve como pano de fundo um projeto discursivo que se fundamentava por uma prescrição cultural e investigação médico-moral. No Brasil, concomitante à fundação de entidades eugênicas e órgãos próprios de divulgação, fomentaram-se ideias

⁴ Para Dosse (2007: 28): “Polimorfo y polifónico, el medio intelectual evoluciona muy claramente de acuerdo con las mutaciones sociales de cada época. La noción de intelectual remite a una acepción amplia, cuando depende de una definición sociocultural que engloba a creadores y mediadores culturales”.

de modernidade e de progresso, de forma a utilizarem-se da imprensa como instrumento de disseminação e consolidação de um estatuto científico ao pensamento eugênico, a exemplo das questões sobre miscigenação e hereditariedade. Argumentos dessa natureza sustentavam a alegação de problemas de degeneração populacional, frequentemente relacionados a problemas de saneamento e higiene social. Stepan (1991) atenta também para as visões norte-americana, pan-americana e latina de eugenia, mencionando a realização de duas conferências pan-americanas de eugenia. A primeira, em 1927, em Cuba, e a segunda em 1934, na Argentina. A autora aponta diversas divergências entre a eugenia anglo-saxônica e a latina, dentre as quais sobre os critérios raciais e de hereditariedade a serem adotados como padrões eugênicos. Atenta também para a necessidade de se realizarem estudos de aprofundamento com o objetivo de se especificarem as produções sobre a eugenia nos países da América Latina que, ainda que diferenciadas da norte-americana, foram também redimensionadas pelas rupturas contextuais advindas com a Segunda Guerra Mundial e a ascensão do regime nazista.

Propondo avançar na ideia de latinização da eugenia, Marius Turda e Aaron Gillette (2014) analisam contextos de entreguerras, especificando momentos de reconhecimento científico internacional, como a fundação da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas, em 1935, que, dentre seus expoentes, destaca-se o estatístico e eugenista Corrado Gini (1884-1965). Para Marius Turda e Aaron Gillette (2014), longe de configurarem-se por um pensamento monolítico, o mote principal de ação da intelectualidade que debatia sobre eugenia em contextos latinos valia-se de pressupostos de modernização nacional e, por conseguinte, de fortalecimento do Estado-nação. Dessa forma, estabelecem comparativos entre ideias e práticas eugenistas em diferentes países como França, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal e Romênia, na Europa; Argentina, México, Cuba, Brasil e Peru, na América Latina. Esses países seriam os integrantes de uma comunidade cultural e linguística dita latina (*latinité* em francês; *latinità* em italiano; *latinidad* em espanhol; *latinitate* em romeno), pois pertencentes à antiga civilização romana e alicerçados nas concepções de modernidade francesa e italiana.

Marius Turda e Aaron Gillette (2014) especificam, ainda, contraposições intelectuais eugênicas entre categorizações da eugenia nórdica e anglo-saxônica e da eugenia que se efetivava nos países que faziam parte da referida comunidade latina. Nessa divisão, residiriam argumentos de melhoramento humano, mas a depender do contexto político e tecnológico e de pautas relacionadas aos avanços da ciência e da medicina. Importante também ressaltar a fundação de entidades representativas na América Latina, como a Sociedad Eugénica Mexicana para el Mejoramiento de la Raza (Sociedade Eugênica Mexicana para o Melhoramento da Raça), em 1931, e a Asociación Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social (Associação Argentina de Biotipologia, Eugenia e Medicina

Social), em 1932, em países bastante atuantes no fomento à criação da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas.

Em estudo anterior, Marius Turda (2010: 98) aponta indicadores da relação entre modernismo e eugenia e suas possíveis relações com as biopolíticas, as reconfigurações dos nacionalismos e as narrativas raciais que se consubstanciaram a partir da década de 1930. Assinala algumas assertivas dos participantes no I Congresso Internacional de Eugenia Latina, em França, no ano de 1937, como as do eugenista francês Georges Schreiber (1884-1931), para quem a eugenia latina teria como foco propósitos de melhoria social e educacional em comparação com a eugenia anglo-saxônica, mais preocupada com a prevenção negativa e com critérios de “reprodução seletiva e protecionismo racial” (Turda, 2010: 98).

Marius Turda (2010: 99) considera que dentre os indicadores de uma retórica bem sucedida no supracitado congresso, em torno do debate sobre a eugenia latina, destacou-se a atuação do eugenista romeno Gheorghe Banu (1889-1957) na defesa de um programa prático de eugenia na Romênia, tendo como parâmetros fatores disgênicos. Para este eugenista, eram de vital importância os projetos de esterilização voluntária no sentido de especializar preceitos para a implementação da “esterilização dos débeis mentais hereditários” (Turda, 2010: 99). Certamente a esterilização constituiu-se num tema complexo e de muitas divergências, inclusive entre os próprios eugenistas, assim como no que se relaciona às distinções entre o que poderia ser definido como eugenia latina ou anglo-saxã.

Luc André Berlivet (2016) assinala para um legado múltiplo e ambivalente o estabelecimento da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas, enfatizando articulações entre médicos e cientistas da América Central e do Sul. Embora o nome do seu primeiro presidente, Corrado Gini (1884-1965), eugenista e estatístico italiano, seja associado atualmente às áreas da estatística e da demografia, seu interesse por estatísticas populacionais esteve intrinsecamente relacionado com as suas pesquisas sobre a eugenia. Berlivet (2016), ao se debruçar sobre a projeção da trajetória internacional de Corrado Gini, reitera a posição do dito eugenista como diretor do Comitê Italiano para o Estudo dos Problemas da População, comitê que estimulou a realização de expedições científicas, entre os anos 1933 e 1940, cujas pesquisas, pioneiras e ainda pouco conhecidas, tinham como foco questões formativas e de controle do que se considerava ser degeneração das raças humanas.

O programa científico e político traçado pelo Comitê Italiano para Estudo dos Problemas da População, notadamente a partir de dez expedições realizadas nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, objetivou estudos sobre as populações que viviam no sul da Europa, no leste europeu, no Oriente Médio, na África do Norte, na África do Sul e na América Central (Berlivet, 2016). Em que pese os desdobramentos do contexto da Segunda Guerra Mundial e do próprio regime fascista na Itália, e ainda que o referido

programa tivesse sido abandonado por completo nesse período por tais questões, Corrado Gini e seus colaboradores utilizaram-se de grande parte dos dados que haviam sido coletados durante as dez expedições realizadas no período de atuação do comitê para publicações posteriores a partir da década de 1970. Berlivet (2016) enfatiza também discussões entre os eugenistas da América Latina nos trabalhos do citado comitê desde os anos de 1930, como uma agenda viável para demarcar posicionamentos em relação ao que se entendia como *establishment* anglo-saxão. Tais posições acabavam por reforçar ora favoritismos, ora intencionalidades diferenciadas no que diz respeito às noções de pertencimento aos padrões nórdicos enquanto caracteres eugênicos almejados.

Em Portugal, dentre os intelectuais que mais se aproximavam de uma eugenia racial aos moldes nórdicos, Eusébio Tamagnini (1880-1972) pode ser considerado um dos expoentes. Professor catedrático de antropologia na Universidade de Coimbra, foi indicado por António de Oliveira Salazar (1889-1970) nos primeiros anos do Estado Novo, de 1934 a 1936, para o cargo de ministro da Instrução Pública e fundou a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos (1937). Por seu turno, no Brasil, Renato Ferraz Kehl (1889-1978) foi um dos idealizadores mais atuantes do movimento eugênico: fundou o Instituto Brasileiro de Eugenia, criado em 1929, posteriormente denominado por Comissão Central Brasileira de Eugenia; médico e farmacêutico, foi ainda diretor da Bayer no Brasil e atuou no Departamento Nacional de Saúde Pública, projetando reformas higiênicas e sanitárias. O pensamento eugênico, tanto de Eusébio Tamagnini como de Renato Kehl, alicerçava-se na necessidade de se implantarem medidas eugênicas nas esferas da saúde, da educação e no meio familiar. Contudo, a eugenia foi por eles abordada, muitas vezes de forma exaustiva, com uma associação frequente a elementos como a “cor” e a “raça”, e com fundamentações derivadas da chamada eugenia ora nórdica, ora germânica.

Ao problematizar a noção de eugenia latina na historiografia, Richard Cleminson (2014) atesta que os indicadores da institucionalização da eugenia em Portugal, no contexto do Estado Novo, foram demarcados por uma oposição católica renovada, a exemplo da Associação dos Médicos Católicos. Embora exista oposição às práticas eugênicas por parte da Igreja Católica portuguesa, sobretudo no tocante à esterilização, Cleminson (2016) ressalta que uma mudança de equilíbrio entre diferentes experiências eugênicas, advindas de diferentes países, operou-se em Portugal ao longo dos anos de 1930 a 1960, seja no âmbito do movimento da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos (1937), ou fora dele.

Se em Portugal, por um lado, houve moderação na adoção de medidas eugênicas mais radicais no que tange à questão da hereditariedade e da esterilização, por outro lado, pode-se verificar um impulso aos estudos de cunho demográfico, como a realização de congressos na década de 1940, cujos temas eram voltados aos estudos populacionais, bem como a criação de um Centro de Estudos Demográficos pelo Instituto Nacional de

Estatística, em 1944. No entanto, o autor ressalta posições mais acirradas como a de Eusébio Tamagnini, que fez parte do referido centro, porém mantendo a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos na década de 1940, de forma a assegurar a sua posição de defensor da eugenia enquanto um baluarte no combate às consideradas degenerações de uma suposta herança racial no mundo português. E, portanto, mesmo que se possam averiguar elementos mais em comum com as vertentes ditas latinas de eugenia, as tendências germânicas não se extinguíram completamente.

Richard Cleminson (2016) menciona que em Portugal podem-se verificar diferentes tipos de movimentos eugênicos e algumas evidências do que poderia se considerar por forma latina de eugenia, a exemplo de tópicos relacionados à miscigenação⁵ e à higiene familiar e pré-natal. Ao pontuar para o risco metodológico em homogeneizar conceitualmente a eugenia, tendo em conta continuidades e descontinuidades conceituais no próprio contexto português, distingue aproximações da eugenia latina com a eugenia racial adotada no norte da Europa, e mais especificamente germânica, justamente porque ambas se ancoravam recorrentemente em argumentos ligados a expressões de caráter autoritário e excludente.

No contexto da primeira metade do século XX, as questões sobre higiene social, genealogia e hereditariedade figuravam como conteúdos de grande relevância para o combate aos males, supostamente entendidos como degenerativos, da sociedade. Neste contexto, é importante também destacar a Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923 pelo médico e psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934). Os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* constituem-se em documentos representativos desse órgão enquanto um espaço de produção da intelectualidade médica e psiquiátrica no Brasil, bem como de sociabilidades entre eugenistas do mundo e, especificamente, entre os membros do Instituto Brasileiro de Eugenia e da referida Liga Brasileira de Higiene Mental.

Ainda no que se refere ao contexto português, António Mendes Correia (1888-1960) é um dos intelectuais que merece destaque relativamente aos estudos sobre eugenia⁶. Com formação em medicina, foi deputado, professor catedrático na Universidade do Porto, presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da qual foi fundador em 1918, e mentor da Escola de Antropologia do Porto, desempenhando um papel fundamental no próprio processo de institucionalização da antropologia em Portugal. Para Matos (2023), a relevância de pesquisas biográficas, como foi a pesquisa sobre António Mendes Correia, relacionada com o contexto português do período do Estado Novo, é dar a conhecer o trabalho de uma figura que foi importante no seu tempo, na contracorrente da “repulsão”

⁵ Sobre concepções de miscigenação no contexto intelectual português, veja-se Matos, 2019.

⁶ Sobre o pensamento de Mendes Correia sobre cientistas como Lamarck e Darwin (e para compreender seus posicionamentos raciais nas décadas de 1920 e 1930), veja-se Correia, 1915.

ou “esquecimento do passado antropológico”, enfatizando, contudo, que alguns dos seus estudos foram influenciados por teorias raciais (e racistas) e que no âmbito do contexto colonial e da política do Estado Novo vários trabalhos de antropologia física “assentavam em pressupostos preconceituosos e discriminatórios para os indivíduos neles analisados” (Matos, 2023: 3).

Patrícia Ferraz de Matos (2023) assinala questões referentes aos debates demarcados por concepções científicas no campo das ciências sociais e, mais especificamente, da antropologia: em Portugal, o processo de institucionalização da antropologia fez parte de um contexto (finais do século XIX) em que se desenvolveram organizações científicas e surgiram outras disciplinas, processo este vinculado a “factores políticos e ideológicos”, dentre os quais “merecem destaque as preocupações relativas à consolidação do império colonial e as respeitantes ao conhecimento das origens, identidade étnica e práticas culturais do povo português” (Matos, 2023: 42). É nesse sentido que é fundamental atentar para as implicações teóricas e as áreas de conhecimento envolvidas, assim como as relações da área das ciências sociais com a área da saúde, a exemplo da “proximidade da medicina com a antropologia em alguns dos trabalhos produzidos pela Escola de Antropologia do Porto” e que, portanto, “suscita a necessidade de compreendermos o contexto da sua institucionalização” (Matos, 2023: 48).

Nessa direção, um estudo sobre as “cores” do racismo português desde o colonialismo e que remete à suposta plasticidade portuguesa nos trópicos, pode ser apontado como indicativo de modelos teóricos consagrados. Tal modelo, recorrente na produção do pensamento social, pode ser exemplificado tomando-se por base ideias e práticas colonialistas e patriarcais consolidadas e reforçadas, como é o caso da tese luso-tropicalista, a partir da produção intelectual do escritor brasileiro Gilberto Freyre (Cahen e Matos, 2018). Esta tese pensada nos anos de 1930, porém incorporada pelo regime português nos anos de 1950, “segundo a qual os portugueses, por terem recebido várias influências, inclusivamente do Norte de África, eram mais propensos a misturar-se amigavelmente com outros povos”, veio a tornar-se “útil numa altura em que vários outros impérios deixavam de ter legitimidade para perpetuar a violência colonial com base racial” (Matos, 2021: 17).

Tanto em Portugal, como no Brasil, muitos dos intelectuais que fomentaram teorias raciais tinham formação em medicina e em direito e exerceram funções políticas e académicas, ou ocuparam cargos próximos do poder. Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima (2004: 495), em estudo sobre as interpretações da nação brasileira no contexto de institucionalização das ciências sociais no país, atentam para a necessidade de se “perceber como uma perspectiva médico-higienista da sociedade brasileira se transforma numa questão da cultura e da política”. É nessa direção que os autores apontam que, nas três primeiras décadas do século XX, os intelectuais higienistas em busca de um projeto de

cunho progressista e modernizador “ultrapassaram os limites do debate sobre saúde e informaram representações mais amplas sobre a sociedade” (Hochman e Lima, 2004: 495). Dentre as ações desse contexto, vale ressaltar a campanha pelo saneamento rural do Brasil, cujo protagonismo político, acentuado da intelectualidade em questão, culminaria com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, tendo como figura central o médico e inspetor-sanitário Belisário Penna (1868-1939). Tais ações tiveram um “papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro” (Hochman e Lima, 2004: 495).

É basilar evidenciar que Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima (2004) tomam como base de estudo abordagens médicos-higienistas para enfatizar o “debate paradigmático” em torno da figura profusamente divulgada de Jeca Tatu, personagem criado pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato (1882-1948), que “resume as mudanças verificadas na compreensão do escritor paulista sobre o que acreditava ser os males do Brasil, e também o debate intelectual que envolveu diferentes autores preocupados com o tema dos contrastes sociais existentes no país” (Hochman e Lima, 2004: 509). Em consonância com o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, tal produção intelectual foi gerada nas esferas acadêmica e científica e propiciada sobretudo pelo contexto de criação de cursos universitários, dentre os quais o de sociologia e o de antropologia.

Em artigo sobre o movimento eugênico no Brasil, Nancy Stepan reflete sobre a Sociedade Eugênica de São Paulo, cujo primeiro encontro ocorreu em 1918 nessa cidade. Tal organização teve como finalidade promover e divulgar estudos científicos com o objetivo de discutir questões afetas ao “fortalecimento físico e moral do povo brasileiro” (Stepan, 2004: 341). A autora destaca ainda a formação intelectual dos seus membros, tendo em conta também o seu próprio idealizador, Renato Kehl. Formada por uma ampla maioria de doutores da área da medicina e do direito, a Sociedade Eugênica de São Paulo contava dentre os seus membros, desde a fundação, eugenistas da América do Sul, nomeadamente Victor Delfino (1883-1941), da Argentina, e Carlos Enrique Paz Soldan (1885-1972), do Peru.

Dentre os membros da sociedade referida anteriormente, é essencial salientar a atuação de: Belisário Penna (1868-1939), especialista em saneamento; Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), diretor da então recém criada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada em 1912; Vital Brazil (1865-1950), bacteriologista; Arthur Neiva (1880-1943), microbiologista e que atuaria nos serviços de saneamento do estado de São Paulo; Luís Pereira Barreto (1840-1923), médico, divulgador do positivismo no Brasil e sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1960), psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E ainda o educador Fernando de Azevedo (1894-1974), formado em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, que se

notabilizaria posteriormente por sua produção intelectual na área da educação; foi redator e primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, Diretor-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30) e, no período da chamada Era Vargas (1930-1945), Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933) e membro da comissão organizadora da Universidade de São Paulo (1934).

Além de um importante agregador de intercâmbios, particularidades culturais, intervenções políticas e sociais, o campo educacional desempenhou, no contexto da primeira metade do século XX, um papel fundamental na difusão e apropriação de princípios formativos da nacionalidade, seja nas interposições curriculares e nos conteúdos formativos, seja na formulação de políticas educacionais. É nesse sentido que Jerry Dávila defende que educação e eugenia contribuíram para “múltiplas percepções de raça e cor” enquanto “valores vigentes em uma sociedade”, consubstanciados inexoravelmente em práticas escolares (Carvalho e Corrêa, 2016: 230). Dessa forma, é importante assinalar as relações do pensamento eugênico com os ensinamentos cívicos e patrióticos: “À educação eugênica caberia a missão civilizadora de selecionar e preservar os quesitos hereditários daqueles considerados geneticamente aptos e úteis à pátria. Cidadãos sadios e brancos [...]” (Weber, 2022: 69).

As reverberações do pensamento eugênico não surgem e tampouco se esgotam na primeira metade do século XX. No que se refere à “circularidade”, à “multiplicidade e complexidade dos usos sociais da ‘raça’”, é preciso compreender que: “Se, analiticamente, o conceito de mestiçagem foi construído em oposição ao de raça, nas práticas sociais combinam-se muito bem miscigenação, racialismo e até mesmo racismo” (Véran, 2010: 17). Assim, se em Portugal a noção de eugenia latina pode ser associada por mediações acerca do radicalismo das medidas profiláticas eugênicas nas categorizações da eugenia nórdica, é necessário evidenciar que tal posicionamento não afastava a idealização do tipo de eugenia racial adotada no norte da Europa, bem como do seu caráter excludente. No Brasil, da mesma forma, tal discursividade moderadora em torno do sanitismo e do higienismo, acabou por sedimentar um projeto de reconstrução nacional com forte apelo ao controle e enfrentamento do que julgavam por males sociais advindos de uma alegada mistura de raças. Ou seja, enfatizavam-se ações para a institucionalização de critérios raciais e, por conseguinte, racistas e também excludentes.

Por fim, os intelectuais que propunham a eugenia como ciência, impingiram probabilidades genéticas de melhoramento social em prol do combate aos considerados degenerados, inaptos, dentre outras adjetivações a exemplo do que avaliavam por métricas de debilidade dos indivíduos. O ponto central é que no contexto ora delimitado, questões vinculadas aos conceitos de raça e cultura suscitaram intermediações de intelectuais que, bem estabelecidos política e socialmente, alicerçados por discursos legítimos, articularam movimentos, promoveram estudos populacionais e fundaram bases para uma almejada sociedade eugênica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetos eugênicos são indicadores de ideias de seletividade social, de diretrizes de profilaxias física e mental, de programas de formação escolar e familiar com base em critérios higiênicos e sanitaristas, de métodos contraceptivos com vista ao aperfeiçoamento genético, enfim, questões elencadas a partir de proposições científicas e conjecturas sobre o problema eugênico das populações e sua correlação com idealizações de cunho nacionalista, acentuadamente em períodos ditatoriais e de autoritarismos.

Em que medida a latinização da eugenia ramificou-se incisivamente na formação de nacionalismos e de culturas políticas sedimentadas por autoritarismos e por naturalizações em processos de seleção excludentes? Algumas das possíveis respostas situam-se na evidente negação de políticas públicas inclusivas de considerável parcela da população brasileira; ou mesmo na incompreensão da relevância de tais políticas no combate às desigualdades enraizadas pelo racismo estrutural no país. Na mesma direção, o crescimento de movimentos racistas em Portugal fez ressurgir a ideia da hipotética plasticidade dos portugueses ou do alegado mito de democracia racial. Argumentos que, ainda que não sejam formulados exclusivamente a partir de um tipo específico de eugenia nórdica, germânica ou latina, constituem-se em exemplos da negação de direitos e de lacunas historiográficas, fruto de construções identitárias outrora forjadas por princípios seletivos de fundo racial.

No caso da eugenia latina e, mais especificamente, na análise comparativa entre Portugal e Brasil, pode-se asseverar que justamente porque não houve a recorrência aos métodos incisivos da eugenia negativa, repercutiram-se outros formatos de caráter seletivo e excludente. Tal assertiva diz respeito aos argumentos que evidenciam um tipo de eugenia diferenciada em países considerados de herança latina e que por não se configurarem pela severidade da eugenia nórdica ou germânica, acabaram por compactuarem-se com outros princípios seletivos de fundo racial e, por conseguinte, de superioridade cultural. Posições estas que enraizaram preconceitos e que ainda se configuram por diversas formas de discriminação e violência, notadamente em países anteriormente concebidos por um tipo de eugenia latinizada.

Nessa direção, pode-se dimensionar o alcance histórico e social dos movimentos eugênicos, cujos intelectuais foram protagonistas da produção e divulgação do que se apreçoava por eugenia latina na esfera de projetos de cunho civilizatório, que objetivavam o combate aos considerados degenerados. Logo, é necessário frisar que um dos intentos da presente investigação foi trazer ao debate indicadores de enraizamento do racismo, que se desdobram em intolerância e preconceito, alguns ainda vigentes na atualidade. As repercussões das possíveis apropriações do pensamento eugênico podem incidir em marcas socioculturais distintas, geradoras de políticas segmentárias e hierárquicas com

base em projetos de caráter populista. Ou seja, noções de superioridade cultural, por um lado, e de degeneração social, pelo outro, ainda subsistem, quer docilizadas pelo ainda ambicionado mito da democracia racial, quer por diferentes silenciamentos historiográficos e invisibilidades sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

- BERLIVET, Luc André (2016), “A Laboratory for Latin Eugenics: The Italian Committee for the Study of Population Problems and the International Circulation of Eugenic Knowledge, 1920s-1940s”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 23 (1): 51-72.
- BOURDIEU, Pierre (2008), *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. 2.^a ed. São Paulo: EDUSP.
- CAHEN, Michel; MATOS, Patrícia Ferraz de (2018), “Introdução: Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo”, *Portuguese Studies Review* 26 (1): 1-6.
- CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição (2016), “Eugenia e Educação no Brasil do Século XX: Entrevista com Jerry Dávila”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 23 (1): 227-234.
- CORREIA, António Mendes (1915), *Antropologia: Resumo das Lições feitas pelo Assistente, Servindo de Professor da Cadeira*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CLEMINSON, Richard (2014), *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900–1950*. Budapest, Nova Iorque: Central European University Press.
- CLEMINSON, Richard (2016), “Between Germanic and Latin Eugenics: Portugal, 1930-1960”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 23 (1): 73-91.
- DOSSE, François (2007), *La Marcha de Las Ideas: Historia de los Intelectuales, Historia Intelectual*. Valência: Universitat de València.
- HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (2004), “‘Pouca Saúde e Muita Saúva’: Sanitarismo, Interpretações do País e Ciências Sociais”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs), *Cuidar, Controlar, Curar: Ensaio Histórico sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe* [online]. Fiocruz, Rio de Janeiro: 492-533.
- MATOS, Patrícia Ferraz de (2019), “Racial and Social Prejudice in the Colonial Empire: Issues Raised by Miscegenation in Portugal (Late Nineteenth to Mid-Twentieth Centuries)”, *Anthropological Journal of European Cultures* 28 (2): 23-44.
- MATOS, Patrícia Ferraz de (2021), “As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade”. *Público*, 31 de janeiro de 2021, Ano XXXI, n.º 11237: 16-17.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2023), *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correa and the Porto School of Anthropology*. Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books.

RECASENS, Sebastian (1929), “Eugenia e Procriação”, *Boletim de Eugenia* 1 (4): 1-2.

TURDA, Marius (2010), *Modernism and Eugenics*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron (2014), *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. Londres: Bloomsbury.

STEPAN, Nancy Leys (1991), *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press.

STEPAN, Nancy Leys (2004), “Eugenia no Brasil, 1917-1940”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs), *Cuidar, Controlar, Curar: Ensaio Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe* [online]. Fiocruz, Rio de Janeiro: 330-391.

VERÁN, Jean-François (2010), “Raça existe? Clarificando Equívocos, Devolvendo a Pergunta...”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (eds), *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

WEBER, Maria Julieta (2022), “Pensamento Eugênico e Educação: Princípios Formativos da Nacionalidade Brasileira na Primeira Metade do século XX”, *Poiésis* 16 (29): 55-72.